

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 635 - Brasília, segunda-feira, 9 de fevereiro de 1998

Senado vota reforma administrativa na última semana da convocação

Com 40 matérias já aprovadas no período extraordinário, plenário ainda deverá apreciar 15 propostas de amanhã até quinta-feira. Pauta inclui também Lei Pelé e fixação de penas para a lavagem de dinheiro



Numa semana com 15 matérias em pauta, o plenário deverá votar também a proposta que prevê a destruição de aeronaves hostis

Comissão de Justiça analisa projeto sobre lavagem de dinheiro

O projeto que estabelece punição para o crime de lavagem de dinheiro será apreciado amanhã, a partir das 11h, pela Comissão de Justiça do Senado. Se aprovada, a matéria será encaminhada ao plenário, onde está prevista a sua apreciação na quarta-feira. Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional discutirá, amanhã, o acordo sobre crime organizado e tráfico de entorpecentes, assinado entre o Brasil e a Itália. **Página 2**

A Comissão de Justiça do Senado deverá examinar também as emendas ao projeto, que até agora já chegam a nove



A reforma administrativa - uma das matérias mais importantes da pauta da convocação extraordinária - deverá ser apreciada amanhã pelo plenário do Senado. A votação dá início a uma série de outras previstas para esta semana. Ao todo, estão na pauta 15 propostas - o plenário já votou até agora, na convocação extraordinária, um total de 40 matérias. Outros itens importantes na pauta são o projeto da Lei Pelé, a punição para os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens e a proposta que trata da destruição de aeronaves hostis. **Página 3**

Lista da Folha gera reação no Senado

Epitácio Cafeteira, Jefferson Péres, Roberto Requião e Antonio Carlos Magalhães contestaram a lista dos senadores que teriam apresentado maior número de faltas em 97. O presidente do Senado afirmou que nunca se trabalhou tanto na instituição. **Página 5**

CCJ vota amanhã projeto que pune lavagem de dinheiro

O projeto que trata da punição ao crime de lavagem de dinheiro será apreciado amanhã, às 11h, quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), analisará o parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP). O projeto deverá ser votado quarta-feira pelo plenário.

A matéria já foi examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) - presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP) -, que aprovou o relatório favorável do senador Levy Dias (PPB-MS). O parecer acolheu a emenda do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que inclui, en-

tre os delitos a serem punidos pela nova lei, os crimes contra a ordem tributária.

O projeto já recebeu nove emendas na CCJ, todas do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). A redução da pena, de um a dois terços, e o cumprimento da mesma em regime aberto, também estão previstos na nova lei na hipótese de o autor, ou co-autor, colaborar espontaneamente com as autoridades.

Também amanhã, às 18h, a Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá o diretor-geral da Aneel, José Mário Miranda Abdo, sobre o suprimento de energia elétrica.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE), que também se reúne amanhã à tarde, discutirá o acordo sobre o crime organizado e o tráfico de entorpecentes, celebrado entre o Brasil e a Itália. O relator é o presidente em exercício da comissão, senador Romeu Tuma.

Constam ainda da pauta da CRE o projeto que inclui a hipótese de destruição de aeronaves hostis e o requerimento, de autoria do senador Francelino Pereira (PFL-MG), para envio de voto de congratulações ao papa João Paulo II e ao arcebispo de Minas Gerais, dom Serafim Fernandes de Araújo, em razão de sua nomeação para cardeal da Igreja Católica.



Para Palmeira, é a reforma possível, mas não a desejável

Guilherme Palmeira anuncia voto a favor da reforma administrativa

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) antecipou seu voto favorável à proposta de emenda constitucional da reforma administrativa, que será votada amanhã em primeiro turno pelo plenário. "É, sem dúvida, um passo decisivo nas transformações por que está passando o país, à semelhança das já operadas na área econômica e nas relações trabalhistas", observou.

- Isto não me exime, no entanto, de lamentar que esta seja a reforma possível, mas seguramente não a desejável, nem aquela que, mais de perto, interessa ao país e as circunstâncias exigiram, se não fosse a conflituosidade do processo legislativo, quando se trata de reformar a Constituição - disse.

Palmeira lembrou que, atualmente, pela Constituição, o teto salarial para o Executivo e o Legislativo é de R\$ 8 mil e no Judiciário, de R\$ 12,7 mil, o que significaria, com o valor atual do salário mínimo, que a diferença entre o máximo e o mínimo da remuneração dos servidores públicos seja de 71 vezes.

- Com a redação aprovada pela Câmara, como o valor máximo que é praticado no Judiciário se aplicará ao universo de todos os servidores de qualquer dos Poderes, tanto na União quanto nos estados e municípios, essa diferença se eleva a 113 vezes, o que implica não uma economia, mas um enorme aumento de despesa em todos os níveis - sustentou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (10.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Votação em primeiro turno da proposta de reforma administrativa - PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal

Quarta-feira (11.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre descarte"; "PLC nº 66/97, dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf"; "PLC nº 47/96, altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave"; "PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (vínculo empregatício)"; "PLS nº 156/97, altera a redação do parágrafo único do art. 442 da CLT"; "PLC nº 2/98, cria, transforma e extingue cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal"; e "PDL nº 4/98, aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinados em Lisboa, em 17 de julho de 1996

Quinta-feira (12.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "PLC nº 1/98, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e no Instituto Nacional de Propriedade Industrial"; "Projeto de Resolução nº 154/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso"; "PDL nº 132/97, aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o governo brasileiro e o governo italiano"; "PDL nº 144/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Repu-

blica Oriental do Uruguai"; "Projeto de Resolução nº 9/98, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até cento e cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia - PADCT/III"; "Projeto de Resolução nº 12/98, autoriza o estado do Espírito Santo a transferir, para a Caixa Econômica Federal - CEF, débitos junto a instituições financeiras privadas, no valor total de R\$ 28 milhões, 41 mil e 331, apurados em 28 de fevereiro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados; e "Projeto de Resolução nº 13/98, autoriza o estado do Pará a contratar, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, operação de crédito que consiste na aquisição, pela CEF, de créditos detidos por instituições financeiras privadas junto ao estado do Pará, no montante de R\$ 24 milhões, 211 mil e 332

COMISSÕES

Terça-feira (10.02.98)

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 66/97, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na proposição; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do senhor José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Aneel, acerca do "Suprimento de Energia Elétrica", em atendimento ao Requerimento nº 2/CAE/98, de autoria do senador Expeditão Amin. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (11.02.98)

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália, em 12.02.97"; "PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave"; "Requerimento nº 36/98, do senador Francelino Pereira, que requer seja enviado voto de congratulações ao Sumo Pontífice papa João Paulo II e a Sua Eminência, arcebispo em Minas Gerais, dom Serafim Fernandes de Araújo, em razão de sua nomeação para cardeal da Igreja Católica. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Jânio Marisa
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Luciano Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Holanda - Marjuca Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

A última semana da convocação extraordinária do Congresso Nacional será de muito trabalho, com destaque para a votação da reforma administrativa no Senado. Até a última sexta-feira a Casa já havia apreciado 40 propostas

Plenário tem quinze matérias em pauta

Esta semana, a última da convocação extraordinária do Congresso durante o recesso parlamentar, será de muito trabalho no plenário e nas comissões do Senado. Só o plenário votará 15 matérias, sendo a principal delas a reforma administrativa, marcada para amanhã. O Senado já apreciou 40 matérias nas quatro primeiras semanas da convocação.

Serão votados nesta semana, além da reforma administrativa, o projeto da Lei Pelé, a punição para os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, a proposta que prevê destruição de aeronaves hostis que invadirem o espaço aéreo nacional, o projeto que trata das relações trabalhistas entre cooperativas e associados, e outras propostas, incluindo empréstimos para estados, acordos internacionais e mudanças no quadro de funcionários do STF.

A primeira votação da semana, amanhã, em primeiro turno, será a da proposta de emenda constitucional que trata da reforma administrativa e que mexe profundamente na vida dos funcionários públicos, com o objetivo de permitir o equilíbrio das finanças federais, estaduais e municipais, conforme justificativa do governo ao Congresso Nacional. Se aprovada, a alteração constitucional será submetida em março à votação em segundo turno.

A reforma acabará com a estabilidade dos servidores públicos, permitindo demissões por insuficiência de desempenho ou por excesso de gastos da União, estados e municípios (quando os gastos com pessoal ultrapassarem 60% da receita). Antes de demitir servidores para reduzir gastos, o governo terá de dispensar os funcionários que não têm estabilidade e cortar 20% dos gastos com chefia.

As mudanças na administração pública, já aprovadas pelo deputados, prevêem que ninguém no serviço público poderá ganhar mais que um ministro do STF (R\$ 12.720),



A realização de sessão conjunta de três comissões, na semana passada, garantiu o envio da Lei Pelé para apreciação do plenário do Senado

somando salários, aposentadorias e outras gratificações. As aposentadorias também terão esse limite. A reforma estabelece que apenas servidores das carreiras típicas de Estado (policiais, diplomatas etc.) continuarão com estabilidade, a qual só será atingida depois de três anos de estágio probatório do concursado (hoje, são dois anos).

Na sessão de quarta-feira, o plenário do Senado decidirá sobre sete matérias, a começar pela Lei Pelé. O projeto, já aprovado pelos deputados,

muda bastante a vida dos clubes e dos jogadores brasileiros. Para começar, três anos depois da lei acabará a "lei do passe", dando independência aos atletas para negociarem sua contratação com os clubes. Além disso, os clubes terão de se transformar em empresas. O projeto foi longamente discutido nas comissões, onde foi relatado pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Outro projeto que os sena-

dores votarão em plenário, também na quarta-feira, fixando as penas para os crimes de lavagem de dinheiro, foi relatado favoravelmente na CAE pelo senador Levy Dias (PPB-MS). A proposta prevê prisão de três a 10 anos, além de multa, para quem ocultar ou dissimular a origem de valores oriundos do tráfico de drogas ou de armas, terrorismo, contrabando, extorsão mediante seqüestro, crime contra a administração e o setor financeiro ou praticado por organização criminosa.

Ainda na sessão de quarta-feira, os senadores votarão em plenário projeto que permite a destruição de aeronave considerada hostil, inclusive civil, após autorização do presidente da República ou autoridade por ele designada. A proposição, com parecer favorável dos relatores, Romeu Tuma (PFL-SP) e José Agripino (PFL-RN), altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, o qual prevê apenas a possibilidade de a aeronave ser detida por autoridades brasileiras se entrar no espaço aéreo do país sem autorização e ferindo atos ou convenções internacionais.

Outra matéria da Ordem do Dia de quarta-feira autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a fazer mudanças em seu quadro de pessoal, criando 128 cargos de analista judiciário, 89 de técnico judiciário e 61 de auxiliar judiciário. Ao mesmo tempo, serão extintas funções comissionadas. Na mesma sessão, o plenário decidirá sobre projeto que autoriza as cooperativas de trabalho a manterem vínculos empregatícios com seus associados. A matéria, relatada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), busca acabar com as cooperativas "fantasmas" na área rural, criadas para burlar a legislação trabalhista.

Senado já cumpriu quase todas as metas da convocação

Dos 18 projetos de lei e emendas constitucionais que o Senado deveria votar durante a convocação extraordinária feita pelo presidente da República, 13 já foram aprovados. Outros quatro serão votados nesta semana.

Mais tarde, tanto o presidente Fernando Henrique quanto os presidentes do Senado e da Câmara acrescentaram no-

vas matérias para votação durante a convocação, algumas já apreciadas.

Da lista inicial, já foi promulgada uma emenda constitucional (regime funcional dos militares), outros quatro projetos já receberam sanção do presidente da República e cinco aguardam a sanção. Outras três matérias, aprovadas pelos senadores, foram encaminhadas à análise dos deputados.

No total, somando proje-

tos que vieram da Câmara e propostas de competência privativa dos senadores, o Senado já votou 40 matérias desde o dia 6 de janeiro último.

Algumas propostas tiveram tramitação extremamente rápida e já se transformaram em lei. Uma delas refere-se a alteração no novo Código de Trânsito Brasileiro, para exigir teste psicotécnico de candidatos a motoristas.

Senadora aponta ameaças a "uma série de pontos negociados" na tramitação da matéria, como as questões da importação de produtos tóxicos pelo Brasil, da responsabilidade objetiva e da pessoa jurídica

Marina teme vetos à lei ambiental

A possibilidade de uma lei ambiental aprovada pelo Congresso sofrer vetos do presidente da República em "dispositivos considerados importantes" para evitar o desflorestamento da Amazônia, preocupa a senadora Marina Silva (PT-AC), que abordou o assunto sexta-feira na tribuna do Senado. Segundo ela, cogita-se de que "uma série de pontos negociados", como as questões da importação de produtos tóxicos pelo Brasil, da responsabilidade objetiva e da pessoa jurídica, sejam vetados.

Marina mencionou artigo que escreve para a *Folha de S. Paulo* do dia 2 deste mês, em que analisa os dados de desmatamento divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e aponta perdas importantes no texto aprovado pela Câmara, em relação à redação adotada originalmente pelo Senado.

Ressaltando que "fez uma crítica respeitosa e não a crítica pela crítica", a senadora, que foi relatora do projeto quando tramitou no Senado, lamentou que o governo tenha cedido em pon-



Marina Silva: "Acordo político" tos que eram fundamentais.

Marina refutou críticas que lhe foram dirigidas pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, na edição do último dia 5 da mesma *Folha de S. Paulo*, em resposta ao artigo assinado por ela. A senadora afirmou que uma frase do seu texto foi usada para lançar desafios à Oposição afirmando que esta não tem proposta e que "torce pelo pior".

Relatando vários encontros mantidos com o presidente Fernando Henrique Cardoso - que tem recebido sempre com a devida atenção as suas reivindica-

ções, segundo informou - Marina disse que, como integrante da Oposição, ela tem procurado apresentar sugestões em vez de simples críticas. Comentou que o ministro deveria lembrar-se que várias proposições na área ambiental, incluindo a que criou o programa extrativista Prodex, são de sua autoria e de parlamentares oposicionistas, embora o governo reivindicasse a autoria do projeto.

- Não me recuso, tenho o maior prazer em poder contribuir com as boas ideias, porque essa postura da política mequinha, de ficar brigando pela autoria das coisas, não faz parte

mais dos novos tempos da política - afirmou, ponderando que apenas trazia essas questões porque estranhava a "fraseologia" usada pelo ministro ao referir-se a ela.

Marina quis informar ao ministro que o projeto que regulamenta o acesso aos recursos da biodiversidade - que Krause apontara, em entrevista à *Gazeta Mercantil*, como um dos mais importantes depois da Lei de Patentes, segundo relatou - "é de autoria da senadora Marina Silva, que 'sobe nas tamancas e fica raivosa', postura que nenhum dos senadores me viu assumir."



Odacir quer mais tecnologia

Odacir exige veículos menos poluentes

Para evitar a elevação dos índices de poluição urbana decorrente do aumento do número de veículos em circulação, o senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei determinando que as empresas montadoras, instaladas no Brasil, adotem a mesma tecnologia usada na fabricação de veículos no país de origem, contra gases poluentes.

Ele argumenta, na justificativa do projeto, que as diversas fábricas de veículos no exterior são rigorosamente obrigadas a criar sistemas de eliminação de gases tóxicos emitidos por motores a combustão.

O projeto obriga as montadoras a reproduzirem cartilhas informativas elaboradas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente sobre procedimentos de uso e manutenção necessários à redução da emissão de gases tóxicos, para serem distribuídas aos compradores de veículos novos.

RONDÔNIA

Odacir informou que nesta quarta-feira o governador de Rondônia, Valdir Raupp, estará em Brasília para a formalização de acordo sobre a renegociação da dívida do estado para com o governo federal, que resultou na ampliação do prazo de 12 para 30 anos.

Para ele, a obtenção dessa flexibilidade, além de desafogar o orçamento estadual a médio e longo prazos, "viabiliza a solicitação de novos pleitos no âmbito federal".

- Essa é uma vantagem que Rondônia tem para avançar nos projetos de infra-estrutura, especialmente naqueles que dependem de convênio com diversos ministérios - disse o senador.

Entrevista na TV Senado

A nova lei sobre o meio-ambiente é o assunto de entrevista inédita com a senadora Marina Silva (PT-AC), que será apresentada hoje às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45 pela TV Senado. Marina destaca a importância da lei para o combate aos crimes contra a natureza, manifesta sua discordância em relação às altera-

ções feitas pela Câmara ao texto aprovado no Senado e critica as pressões para que o presidente da República veto artigos.

Também será transmitido hoje - às 8h, 13h e 19h30 - um debate entre o senador Joel de Hollanda e o presidente da Embratur, Caio Carvalho, sobre o turismo no Brasil.

Maldaner elogia medidas de proteção à avicultura

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a "postura responsável" do Ministério da Agricultura em relação às medidas contra uma possível entrada no país do vírus da gripe de Hong Kong, que é transmitida por aves. Ele informou que o ministério suspendeu a entrada, no Brasil, de avestruzes e de aves ornamentais domésticas ou silvestres, incluindo na proibição os ovos férteis das mesmas espécies.

Maldaner disse que a medida visa elevar o nível de proteção da avicultura brasileira, criando uma barreira contra uma possível contaminação da gripe de Hong Kong. Ele salientou que, no prazo de 90 dias, serão estabelecidas novas regras para importação de aves, condicionada à anuência prévia do



Maldaner teme gripe importada

Departamento de Defesa Animal, que levará em conta, entre outros fatores, a situação sanitária do país de origem.

- Enquanto desejamos que a doença seja controlada o mais rápido possível nas terras onde surgiu, preservando a vida de nossos irmãos chineses, cabe-nos também tomar medidas para evitar que tamanho mal aporte em terras brasileiras - concluiu.

Campos sugere campanha para o uso correto de computador

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a necessidade de o governo federal iniciar ampla campanha de esclarecimento no sentido de fornecer orientação adequada sobre o "uso correto e sadio" de microcomputadores, especialmente pelas crianças. Alertou para recente levantamento nacional realizado por médicos e cientistas que revelou elevada incidência de lesões por esforços repetitivos (LER) em margem significativa da população jovem.

De acordo com o senador, essa enfermidade, apontada como "a patologia dos tempos pós-modernos", tem preocupado autoridades médicas que estão buscando urgentemente dispositivo legal para proteger o crescente número de digitadores portadores desse mal. Ele ponderou quais seriam os efeitos da LER sobre as crianças, entendendo que a utilização de computadores por esse grupo



Campos: "Lesões nas articulações" se dá, normalmente, por meio de um "precário sistema de aprendizagem".

- Longe de mim ser interpretado como um reacionário da modernidade. Porém quero alertar para os riscos a que sempre nos expomos quando procedemos à incorporação do consumo tecnológico desprovido de uma consciência crítica que oriente tal absorção. No Brasil, não se tem deixado implantar uma política inteligente de assimilação da produção tecnológica na vida diária do seu povo - afirmou.

Senador ocupa a tribuna para questionar dados do jornal paulista e classifica a matéria de piada. Antonio Carlos garante que todos os parlamentares da Casa têm colaborado para "bem servir à nação"

Cafeteira contesta lista de faltosos da *Folha*

O senador Epiácio Cafeteira (PPB-MA) pediu ao presidente do Senado que exija do jornal *Folha de S. Paulo* uma retificação da matéria "De Olho no Congresso", que presumidamente lista os senadores que mais faltaram no ano passado, situando-o entre os mais ausentes. Ele solicitou a publicação de sua folha de presença e declarou: "O que a matéria diz é mentira. Eu tenho 12 faltas em 12 meses, o que dá uma média de uma falta por mês".

Conforme Cafeteira, a *Folha* publicou que ele teve 24 faltas no ano passado, "inflacionando em 100%" os dias em que ele realmente faltou. Observando que em 210 sessões faltou a nove ordinárias e três extraordinárias, ele in-

dagou: "Será que 12 faltas tornam um senador o mais faltoso desta Casa?" Também explicou que nunca pediu a justificativa de suas poucas faltas, sendo um dos mais assíduos parlamentares e um dos primeiros a chegar diariamente ao plenário.

"Essa matéria da *Folha* é piada e devia ir para um programa humorístico", declarou Cafeteira, sustentando que o próprio título da matéria do jornal é tendencioso, consistindo ainda em "propaganda enganosa porque manda o leitor avaliar seu candidato". Ele insistiu em afirmar que, se houve 210 sessões e ele faltou a 12, o jornal não poderia dizer que ele faltou a 15% das reuniões plenárias. Disse também que o povo maranhense o co-

nhece e sabe que, no governo do estado, sempre foi o primeiro a chegar ao Palácio.

Cafeteira observou que faz questão de mostrar seu comparecimento em sete anos de Senado, esclarecendo que, no dia em que estiver efetivamente impossibilitado de trabalhar, pedirá licença, sendo capaz até de abrir mão do seu mandato, mas não admitirá ser acusado injustamente de faltoso. Também afirmou que a imprensa deve ter liberdade para dizer o que acontece, mas também a responsabilidade para não dizer mentiras.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que a *Folha* fez uma estatística que "é uma tremenda deformação da verdade", e lastimou que, tantas vezes, a im-



Cafeteira: dados do jornal estão incorretos

prensa aja de forma irresponsável. Nabor Júnior (PMDB-AC) esclareceu que o exercício do mandato parlamentar não se traduz apenas no comparecimento ao Congresso, visto que o legislador tem o dever de visitar periodicamente seu estado.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou a maté-

ria da *Folha* como "bobagem e perda de tempo", dizendo que, com iniciativas como essa, o jornal está jogando papel fora. Em sua opinião, com esse tipo de matéria, o periódico está brincando de bedel do serviço público, querendo atribuir uma nota para os parlamentares. Numa escala de zero a 10, ele deu nota 2 para a matéria da *Folha*.



Antonio Carlos prometeu providências para reparar injustiça

ACM defende os senadores: "Nunca se trabalhou tanto"

Falando logo em seguida ao discurso do senador Epiácio Cafeteira, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou sexta-feira que tomará providências para reparar a injustiça que o jornal *Folha de S. Paulo* fez ao publicar uma presumida lista dos senadores mais faltosos. Ele disse que talvez o Senado nunca tenha trabalhado tanto como nesta legislatura, em que, na oposição ou na situação, todos os senadores "têm colaborado para bem servir à nação".

Antonio Carlos disse que,

no ano passado, também foi vítima de avaliação equivocada sobre o comparecimento ao Senado, definindo matérias como a da *Folha* como uma má interpretação daquilo em que consiste o trabalho legislativo. Ele observou que, quando viajam para os estados, os senadores também estão trabalhando e servindo ao povo.

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, se há um Senado que pode se orgulhar do trabalho que realiza é o atual, sempre dedicado à árdua tarefa de cumprir obrigações peculiares de verdadeiros servidores do Brasil.

Jefferson Péres repudia vandalismo contra Câmara

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse sexta-feira que "nem mesmo uma decisão talvez equivocada do presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados justificaria os atos de violência" ocorridos quinta-feira, quando tentaram impedir o funcionamento da comissão. Para ele, tem razão o governador Cristovam Buarque, que teria declarado que, no passado, as ditaduras é que fechavam o Congresso, e agora são as esquadras que tentam fazê-lo.

Jefferson leu, na íntegra, o editorial do *Jornal do Brasil*, intitulado "Praça de Guerra". No texto, o editorialista afirma que, na falta de argumentos e de convicção democrática, a saída de "sindicalistas exaltados, corporativistas extremados e agitadores com mandato" foi a de tumultuar, ultrajar e partir para a ofensa chula. O mesmo comportamento teria se dado nos leilões de privatização.



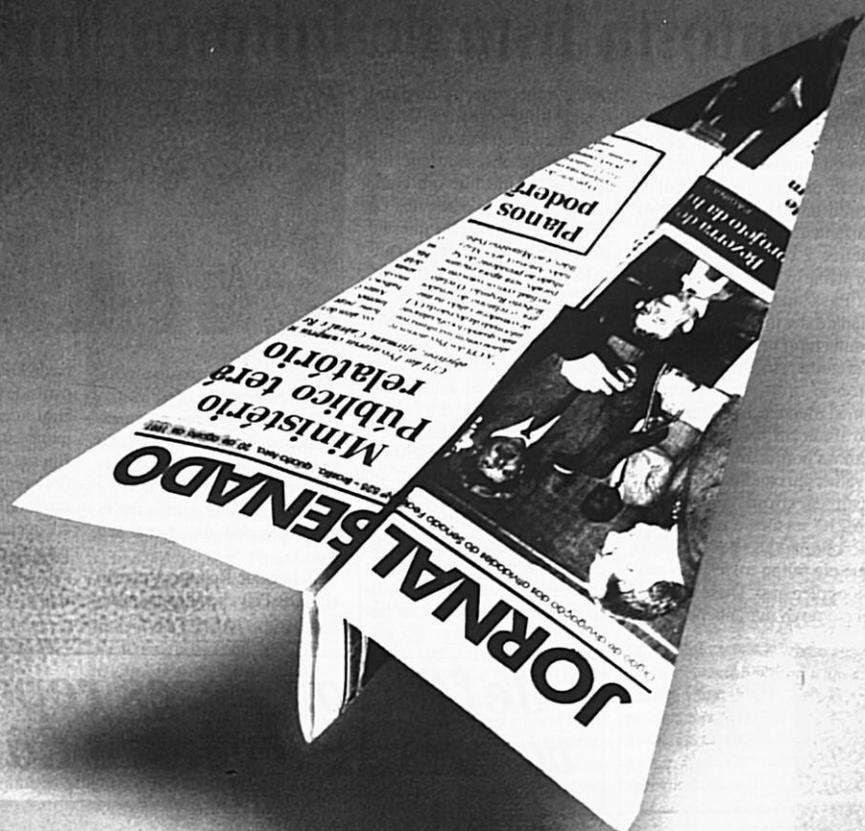
Jefferson: nada justifica atos de violência de quinta-feira

Ainda conforme o editorial, a finalidade da "baderna" foi impedir a leitura do relatório do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), "bloquear a continuidade dos trabalhos na marra e promover escaramuças assemelhadas às perpetradas pelos sem-terra nas ocupações de prédios públicos".

Muitos da própria esquerda discordaram "desse estilo inaugurado historicamente pelos SA (tropas de assalto) e SS da Alemanha dos anos 20 e 30", ressalva o editorialista, citan-

do o deputado José Genoino (PT-SP) e o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

Segundo o editorial da edição de sexta-feira do *JB*, bem fizeram o presidente da Câmara, Michel Temer, que acionou a Corregedoria da Casa para apurar responsabilidades, e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que colocou as dependências do Senado à disposição da comissão especial.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece

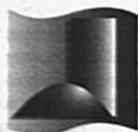
no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920
e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP





Alcântara: dados preocupantes

Alcântara alerta para problemas da desnutrição

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância de relatório divulgado pelo Unicef sobre a situação mundial da infância. O documento aponta a desnutrição como a grande responsável pela maioria das mortes infantis no mundo e "convoca todas as nações para a gigantesca tarefa de proteção da criança contra a violação dos seus direitos", afirmou o senador.

Os dados fornecidos pela pesquisa indicam que, de 12 milhões de mortes por ano entre menores de cinco anos de idade, a maioria pode ser direta ou indiretamente atribuída à desnutrição. "Essa estatística terrível é mais do que suficiente para justificar urgência mundial na prioridade da redução desse problema", foram as palavras destacadas pelo senador da análise feita pelo Unicef.

A afirmação de que os problemas causados pela desnutrição poderiam ser "perfeitamente evitáveis" chamou a atenção de Alcântara. Conforme relatou, o documento concluiu que o aumento das disparidades na distribuição da riqueza e a escassez de programas de amparo social são os responsáveis por "resultados preocupantes em termos de bem-estar nutricional da criança".

No mesmo estudo, ressaltou, há referência especial ao Brasil, constatando que a porcentagem de crianças abaixo do peso caiu de 17% em 73 para apenas 6% em 96, período em que os índices de pobreza quase duplicaram. Experiências como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança e o Programa da Pastoral da Criança foram lembradas pelo Unicef pelos bons resultados obtidos na proteção da saúde das crianças.

Senador diz que funcionário do organismo, ao percorrer o país, não encontrou negros ou mestiços em posições de responsabilidade

Abdias cita OEA e diz que fim do racismo no país está longe

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) chamou a atenção sexta-feira para relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), publicado em dezembro, sobre a discriminação racial no Brasil. No entender do senador, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica "estão longe de se concretizar neste país, que ainda encontra argumentos em favor de uma suposta singularidade em matéria de relações raciais".

Ele disse que o atual governo foi o primeiro a admitir a existência de racismo no Brasil, mas lamentou que a versão oficial transmitida ao relator dessa comissão tenha atribuído unicamente a problemas de classe as



Abdias acusa discriminação

desigualdades existentes. "Para nós, que vivemos essa questão no dia-a-dia, chega a ser patética a afirmação de um funcionário do Ministério da Educação de que a expressão 'negro' não tem conotações negativas", frisou.

Conforme Abdias Nascimento, o relator especial, que percorreu o país com autorização do governo, estranhou o fato de

não ter encontrado negros ou mestiços em posições de responsabilidade, "exceto no Parlamento e na Fundação Cultural dos Palmares". A situação do negro no mercado de trabalho, ressaltou, também foi abordada no relatório, que tratou do salário diferenciado e das formas indiretas de excluir o afro-brasileiro de certas funções.

O senador destacou trecho do relatório em que a discriminação racial no setor educacional foi "adequadamente percebida" e considerada obstáculo à mobilidade social. Segundo Abdias, o documento esclarece que a impossibilidade de acesso à moderna educação tem privado os afro-brasileiros de instrumentos intelectuais com os quais poderiam afirmar-se.

Lauro condena exploração permanente do trabalhador

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez sexta-feira um breve histórico das "formulações ideológicas e mentiras" defendidas durante os últimos 500 anos com o objetivo de justificar a exploração dos trabalhadores.

- Neste país e neste continente - disse - sequer uma versão ideológica surgiu. Aqui nunca houve uma inteligência suficientemente esperta para organizar uma nova versão. Então, aqui, fazemos mentiras mais grosseiras ainda. Dizemos que, devido à globalização e à tecnologia moderna, é necessário que o salário se reduza e que, diante da incapacidade de os trabalhadores se adaptarem às novas técnicas, eles

devem ir para casa.

Lauro Campos acrescentou que hoje, como no passado, os trabalhadores são culpados pelo desemprego. O senador disse ter ouvido de um líder sindical a afirmação de que o desemprego existe devido à falta de capacidade dos trabalhadores, o que mostra que "essas versões não são inocuas ou apenas teóricas, têm um efeito na prática, exercem um efeito sobre as cabeças".

Segundo afirmou, o governo tenta projetar "freudianamente" nos trabalhadores e nos funcionários públicos a culpa por suas mazelas, pelo que tem sido chamado de caos completo da economia mundial e, em especial, da



Lauro: argumentos trôpegos

brasileira. Quando especialistas e observadores no mundo afirmam que o Brasil será "a bola da vez", destacou, "ainda mais se erçam os argumentos trôpegos" com que o governo defende as medidas que vem adotando e que geram desemprego e arrocho salarial.

Amorim cobra providências contra fraude



Amorim: dinheiro do FGTS

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) voltou a cobrar da Caixa Econômica Federal uma "ação sumária" para apontar os culpados pela retirada, por parte do governo de Rondônia, de R\$ 1,9 milhão do FGTS de 4.562 servidores do estado sem a apresentação da documentação exigida pela lei.

- Estamos diante de um roubo do dinheiro do trabalhador e não diante de uma mera questão política. Espero que os culpados sejam penalizados como preceitua a lei, considerando o trabalho de investigação que está sendo realizado pela Polícia Federal, que está aprestando o dinheiro roubado - disse.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com a senadora Marina Silva (PT-AC) sobre os reflexos na Amazônia da Lei Ambiental aprovada na Câmara dos Deputados
- 8h - Debate com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur, Caio Carvalho, sobre os programas de turismo para o Brasil
- 9h30 - Entrevista com a senadora Marina Silva (PT-AC) sobre os reflexos na Amazônia da Lei Ambiental aprovada na Câmara dos Deputados
- 10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Educação - apreciação da Lei Pelé
- 12h15 - Entrevista com a senadora Marina Silva (PT-AC) sobre os reflexos na Amazônia da Lei Ambiental aprovada na Câmara dos Deputados
- 13h - Debate com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur, Caio Carvalho, sobre os programas de turismo para o Brasil
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 16h45 - Entrevista com a senadora Marina Silva (PT-AC) sobre os reflexos na Amazônia da Lei Ambiental aprovada na Câmara dos Deputados
- 19h30 - Debate com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur Caio Carvalho sobre os programas de turismo para o Brasil
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 24h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 24h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur, Caio Carvalho sobre os programas de turismo para o Brasil
- 2h - "Jornal da Amazônia"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até às 8h

Estímulo à transformação das entidades esportivas em empresas não contribui para manter as raízes comunitárias do esporte, diz senador

Lei Pelé deve preservar clubes e regular "passe", sugere Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) registrou sexta-feira a aprovação dos pareceres dos relatores da Lei Pelé, em sessão conjunta das comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele alertou para a importância de se preservarem os clubes de futebol e uma aprimorada norma que regule o chamado "passe" dos jogadores, quando da promulgação da legislação que virá modernizar as atividades e relações esportivas no país.

Na avaliação do senador, a sessão conjunta das três comissões "andou por uma linha tortuosa" na votação dos relatórios, especificamente quando da



Fogaça: "Modernizar relações" apreciação do parecer do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Ainda assim, Fogaça apontou méritos na iniciativa do ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, de modernizar as relações esportivas brasileiras e renovar seu apoio à aprova-

ção da lei em tramitação na Casa.

A questão que mais preocupa o senador, em meio ao esforço para regular as atividades comerciais envolvidas no mundo do esporte, e em especial no mais "profissionalizado deles, que é o futebol", diz respeito à preservação dos clubes e suas raízes comunitárias e populares, diante da indução dessas instituições a se transformarem em empresas. Fogaça aponta no "passe" a principal fonte de custeio das atividades dessas entidades esportivas, juntamente com os contratos de patrocínio. "razão pela qual há que se preservar esse instituto, de forma modernizada".



Mauro defende pós-graduação

Mauro apela contra cortes para bolsistas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) dirigiu apelo ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir, para que não sejam efetivados cortes nos recursos destinados às bolsas de pós-graduação distribuídas pelo CNPq e pela Capes. "Os efeitos da crise asiática, infelizmente, começam a punir as esperanças e o futuro de milhares de jovens brasileiros", disse o senador, acrescentando que, conforme noticiário da imprensa, os cortes deverão atingir 2.500 bolsas de mestrado e doutorado.

- Ainda há tempo de se corrigirem os efeitos muito ruins do processo linear a que foram submetidos os cortes - disse o senador, lamentando que "isso ocorra num país tão dependente de especialistas para sustentar o seu desenvolvimento e para competir neste mundo cada vez mais complexo da globalização".

Para Mauro Miranda, é preciso que seja criada no Brasil "uma consciência de Estado" que coloque os investimentos em pós-graduação como uma das prioridades essenciais ao desenvolvimento. A seu ver, a decisão na área econômica, cortando 10% dos recursos "já escassos destinados ao setor", significa um "contradição inexplicável" dentro do conjunto de estratégias oficiais. - Não dá para entender como o segmento mais nobre e de retorno mais imediato na estrutura educacional do país possa ser tratado de forma indiscriminada nos cortes que foram promovidos pelo pacote de novembro, depois da crise asiática - afirmou.



João Rocha: "Viabilizar projetos"

João Rocha quer repasse para Tocantins

O senador João Rocha (PFL-TO) condenou o corte no repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE, para o Tocantins, salientando que essa perda representa um grande prejuízo para aquele estado, que luta para viabilizar novos projetos de investimentos visando assegurar seu crescimento econômico.

O senador disse que, de acordo com as previsões da Secretaria do Tesouro Nacional, Tocantins deveria ter recebido do fundo cerca de R\$ 478 milhões, mas foram repassados apenas R\$ 425 milhões, representando um corte de R\$ 52,8 milhões, e que, para este ano, estão previstos apenas R\$ 393,9 milhões, um perda de R\$ 31 milhões em relação ao ano passado. Ele espera que o governo federal, para compensar as perdas, cumpra o repasse integral das dotações orçamentárias. João Rocha reafirmou seu apoio ao esforço do Executivo em reduzir o déficit público, mas entende que ele deveria ser mais criterioso nos cortes, para não prejudicar os estados e as regiões carentes. Defendeu a tese de que, ao invés de reduzir, o governo deveria aumentar os repasses para esses estados, pois, como salientou, esses recursos possibilitam novos investimentos, geração de empregos e também a contenção do processo migratório para os grandes centros urbanos.

Nabor defende medidas urgentes para falta de energia no Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse sexta-feira que a situação do abastecimento de energia elétrica no Acre é "grave e ainda poderá ficar muito pior, caso as autoridades do setor não tomem providências imediatas e eficazes". Segundo ele, a capital do estado, Rio Branco, poderá ficar sem energia a partir de julho, como informou o jornal *A Gazeta* na edição da última quinta-feira.

- Se em Rio Branco, que é suprida diretamente pela Eletronorte, a situação está ruim, imaginem no interior! São dramáticos os relatos que nos chegam dos líderes comunitários, alarmados com a falta de recursos e de projetos por parte da Eletronorte, empresa estadual que atende os demais municípios acreanos, fora da área da capital - afirmou.



Nabor: "Interior sofre mais"

Nabor assinalou que o povo acreano está preocupado com a futura privatização da Eletronorte e da Eletronorte, considerando que o Rio de Janeiro vive uma situação caótica desde que foram privatizadas as empresas fornecedoras e distribuidoras de energia elétrica. O senador frisou que, nesse estado, apesar dos lucros auferidos pelas novas concessionárias, a qualidade dos serviços e do atendi-

mento à população caiu em proporção inversa.

- Se no Rio está assim, como será conosco? O que vai ser do povo acreano quando a Eletronorte e a Eletronorte forem transferidas para a iniciativa privada, para empresas que se voltam essencialmente para o lucro e para a conquista de grandes saldos financeiros que serão remetidos para suas matrizes no exterior? - indagou.

Nabor Júnior salientou que é a favor da transferência para a iniciativa privada de todas as atividades que não digam respeito às responsabilidades diretamente vinculadas à essência da máquina estatal, "mas isso não pode ser encarado como omissão do poder público, irresponsabilidade da fiscalização, falta de concessões e sacrifícios ainda maiores para a já sofrida população brasileira".